

Os números da renegociação

O comunicado distribuído à imprensa pelo presidente do Banco Central do Brasil, Afonso Celso Pastore, e pelo chairman do comitê de assessoramento dos bancos, William Rhodes, teve o mérito de evitar referir-se aos resultados da reunião de anteontem no FMI como a consagração de um acordo final entre o Brasil e seus credores privados.

O comunicado afirma que o comitê coordenador dos bancos, mais amplo do que o comitê de assessoramento, "reuiu os termos" apresentados por Rhodes "para a fase 2 do pacote financeiro brasileiro". Aí descreve brevemente o pacote e os "termos básicos" para os novos prazos e taxas de risco.

O comunicado menciona também a comissão proposta para o reescalonamento das amortizações do ano que vem, que foi reduzida de 1,5 para 1%. Mas deixa de mencionar a "comissão de compromisso" de 0,5% sobre o montante não desembolsado do jumbo de 6,5 bilhões de dólares, pagável trimestralmente por atrasos no saque a partir da data do acordo, e a "comissão do empréstimo" (facility fee), de 1% sobre o valor de cada saque.

O agente para o jumbo de 6,5 bilhões será o Banco Morgan Guaranty, que foi o banco coordenador do jumbo de 4,4 bilhões de dólares contratado no final de fevereiro deste ano (projeto 1).

O agente para o reescalonamento das amortizações que vencem no próximo ano será o Citibank, o mesmo que respondeu pelo projeto 2 de 1983. Quanto somam exatamente essas amortizações de 1984? É difícil saber. O comunicado distribuído à imprensa na sede do FMI falava em mais de cinco bilhões de dólares. A síntese do plano financeiro distribuída aos banqueiros durante a reunião falava em — aproximadamente — cinco bilhões de dólares. O ministro Ernane Galvêas há cerca de uma semana falou em 5,5 bilhões de dólares. E um documento do Banco Central (Brazil, Economic Program — Internal and External Adjustment) distribuído aos banqueiros na última reunião diz que essas amortizações de 1984 (devidas a bancos privados estrangeiros) somam 4,8 bilhões de dólares, mas, numa tabela da página 57, indica que 4,49 bilhões de dólares seriam reescalonados por esses bancos. Entre o número do ministro Galvêas e este último há uma diferença de um bilhão de dólares.

O comunicado à imprensa também não tocou nas linhas de crédito comercial e na linha interbancária de 1984. Mas o plano financeiro entregue aos bancos coordenadores estabelece critérios para a trade facility (linha comercial). O valor total é fixado em dez bilhões de dólares, com base no volume de recursos existentes na linha em 30 de junho de 1983. Cada banco, evidentemente, responde pela sua parte.

No documento aos credores, fica claro que faltam US\$ 3,7 bilhões para fechar as contas deste ano.

A disponibilidade dos créditos é de 360 dias, com prazo final de 540 dias ou mais, dependendo do credor. Se por acaso não houver transação disponível e aceitável para utilizar o compromisso do banco, os fundos do banco "serão depositados no Banco Central por 30 dias à taxa de 0,625% sobre o libor ou sobre a taxa básica de juros dos Estados Unidos (prime rate)".

As taxas de juros pelos créditos comerciais serão fixadas mediante acordo entre credor e tomador. A comissão é de 0,125% ao ano.

Para as linhas interbancárias (depósitos dos bancos estrangeiros em agências de bancos brasileiros no Exterior ou na conta do Banco Central) o valor proposto é o que prevaleceu na data base de 30 de junho de 1983, isto é, 6 bilhões de dólares, aproximadamente. A disponibilidade da linha é de 360 dias ou mais, segundo o critério do banco credor.

No caso de depósitos no Banco Central do Brasil, a taxa de risco (spread) proposta é de 0,625% sobre o libor ou sobre o prime rate, na dependência de acordo entre o Banco Central e o empréstador. Para depósitos em agências de bancos brasileiros no Exterior, a taxa de risco dependerá de acordo entre as duas partes.

A comissão será de 1,8% (0,125%), pagável no ato de assinatura da carta de compromisso.

Como aconteceu da outra vez, o agente designado para coordenar a linha de crédito comercial é o Chase Manhattan. Para a linha interbancária o agente será o mesmo Bankers Trust.

Dívida externa

O documento maior distribuído aos banqueiros pelo Banco Central do Brasil observa que, em 1983 e 1984, haverá aguda redução na taxa de crescimento da dívida externa brasileira. A dívida externa total do Brasil expandiu-se a taxa de 15,8% em 1982. Essa taxa de expansão cairá para 10,4% em 1983 e 9,7% em 1984.

Diz ainda que, com os financiamentos adicionais, a dívida externa do Brasil chegará a 91,9 bilhões de dólares no final deste ano, em obediência ao teto de 9 bilhões de dólares de aumento das obrigações externas do país, estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional. No final de 1984, a dívida externa do Brasil atingirá 100,8 bilhões de dólares (cem bilhões e oitocentos milhões de dólares).

Descontando-se o que deverá ser reescalonado pelo Clube de Paris (714 milhões de dólares em 1983 e 1,286 bilhão em 1984), o buraco final do balanço de pagamentos que tem de ser preenchido este ano e no próximo será de, respectivamente, 3,769 bilhões de dólares e 5,216 bilhões de dólares, segundo o documento.

A.M. Pimenta Neves, de Washington.

O Brasil, tema dos jornais londrinos.